



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
COORDENADORIA DE CONCURSOS – CCV

**Concurso Público para Provimento de Cargos  
Técnico-Administrativos em Educação**

**EDITAL Nº 262/2013**

CARGO

***Auditor***

**CADERNO DE PROVAS**

- PROVA I - Língua Portuguesa - Questões de 01 a 20
- PROVA II - Conhecimentos Específicos - Questões de 21 a 60

Data: 06 de outubro de 2013.

Duração: 04 horas

Coloque, de imediato, o seu número de inscrição e o número de sua sala nos retângulos abaixo.

Inscrição

Sala

**Concurso Público/UFC 2013**

**TEXTO 1**

01 Hoje, no Brasil, a ideia dominante de saúde que circula no sistema social como um todo  
02 associa a saúde a bens/serviços de consumo, entendidos como expressões concretas da tecnologia  
03 médico-sanitária. Segundo essa ideia, tais bens/serviços de consumo “contêm saúde”, como um  
04 valor enraizado no conhecimento científico. Esses bens e serviços, assim caracterizados, se  
05 consumidos, produziram nos indivíduos estados de bem-estar, através da transferência da saúde  
06 que está nos produtos para o corpo das pessoas.

07 Assim, a saúde se “descoletiviza” ou se “individualiza” pelo consumo de um conjunto de bens  
08 ditos de “saúde”. (...) A evolução tecnológica e o consumismo em saúde geram, por sua vez, a ideia  
09 correspondente de que não é preciso que uma sociedade seja saudável para que cada um de nós o seja.

10 Quando se fala em saúde como bem de consumo coletivo e se agrega a isso a perspectiva  
11 política de democratização da saúde, está se pensando na generalização do acesso aos bens e  
12 serviços ditos de “saúde”, de forma que se possa argumentar – erradamente – que a saúde se  
13 coletiviza para o conjunto da sociedade à medida que todos podem ter acesso individual à “sua  
14 saúde”. (...) O que se chama erroneamente de saúde coletiva, envolvendo o acesso generalizado ao  
15 consumo dos chamados bens e serviços de saúde, deve ser chamado pelo seu verdadeiro nome:  
16 assistência médica. Como então suprimir a doença?

17 Se a saúde vira responsabilidade individual do consumidor de “saúde” e a chamada “saúde  
18 como dever do Estado” acaba se confundindo com a democratização do acesso individual aos bens  
19 e serviços médicos, onde e com quem fica a responsabilidade pela verdadeira saúde coletiva,  
20 entendida como propiciar condições sociais, culturais, e econômicas para gerar modos de vida não-  
21 doentes? Há várias respostas possíveis para esta questão:

22 1) “Fica em lugar nenhum e com ninguém.” Os que defendem essa posição (...) poderiam  
23 esgrimir os seguintes argumentos: (a) o homem é o que é; (b) as doenças sempre existiram e sempre  
24 existirão, são fatalidades como a fome e o frio; (c) não há como criar sistemas sociais e culturais  
25 não geradores de doença; (d) o único jeito é se proteger das doenças pelo consumo de “objetos  
26 saudáveis” (remédios, iogurtes, cirurgias, alimentos “diet”, planos de saúde etc.).

27 2) “Fica no céu da utopia com os poetas, revolucionários e sanitaristas sonhadores, que  
28 querem mudar o mundo.”

29 3) “Fica na terra, com uma entidade abstrata (...). No caso da Saúde, é o Ministério da Saúde  
30 (a voz anônima que adverte, nos maços de cigarro, que fumar é prejudicial à saúde) ou a Secretaria  
31 da Saúde.”

32 4) “Fica na terra, em cada um de nós, na medida em que admitamos:  
33 (a) que as doenças não são uma fatalidade: a maioria das que atingem o grosso da população podem  
34 ser eliminadas se nós estivermos coletivamente dispostos para tanto; (b) que, ao só defendermos a  
35 saúde de cada um com remédios, iogurtes, camisinhas, estamos salvando nossa pele como  
36 indivíduos, mas ‘cevando’ a doença; (c) que o Estado não fará o trabalho por nós porque ele não é  
37 uma entidade abstrata, fora de nós, mas a expressão concreta da nossa consciência ou falta de  
38 consciência; (d) que, mesmo se todos nós pudermos consumir ‘objetos saudáveis’, a doença  
39 continuará a existir e a nos ameaçar como espécie animal; (e) que, enfim, a eliminação das doenças  
40 não é um problema tecnológico, mas de vontade coletiva.”

LEFÈVRE, F. Você decide. In: *Superinteressante*. Edição 62. Nov. 1992. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/saude/desconsumizar-saude-voce-decide-440511.shtml>>. Acesso em 17 set. 2013.

**01.** Para o autor, a verdadeira saúde coletiva:

- A) é consequência da democratização do acesso individualizado a bens e serviços de saúde.
- B) é dever do estado, que deve proporcionar à população o acesso a bens e serviços médicos.
- C) é obtida principalmente através do consumo de “objetos saudáveis”, como remédios, iogurtes etc.
- D) é algo inatingível, pois não há como criar sistemas sociais e culturais não geradores de doença.
- E) ocorre quando são proporcionadas condições sociais, culturais e econômicas para produzir modos de vida saudáveis.

02. Ao marcar com aspas a expressão "contêm saúde" (linha 03), o autor:
- A) marca a expressão como transcrição de outrem.
  - B) chama a atenção para a importância da saúde.
  - C) mostra discordância com a ideia expressa.
  - D) destaca essa ideia como central no texto.
  - E) realça o valor dos bens de consumo.
03. Das respostas possíveis sobre a questão da saúde (linhas 22-40), conclui-se que o autor é favorável à resposta (4), pois:
- A) é a última das respostas apresentadas pelo autor.
  - B) contém os argumentos ordenados numa listagem.
  - C) localiza a saúde na terra, lugar concreto e palpável.
  - D) constitui a única resposta com trecho argumentativo.
  - E) apresenta contra-argumentos às outras respostas.
04. Assinale a alternativa que analisa corretamente o período: "A evolução tecnológica e o consumismo em saúde geram, por sua vez, a ideia correspondente de que não é preciso que uma sociedade seja saudável para que cada um de nós o seja" (linhas 08-09).
- A) Uma das orações é subordinada adjetiva restritiva.
  - B) "por sua vez" é conectivo oracional com valor causal.
  - C) "de que não é preciso" é subordinada objetiva indireta.
  - D) Há três orações subordinadas e uma coordenada aditiva.
  - E) "que uma sociedade seja saudável" é oração subjetiva.
05. Assinale a alternativa que indica corretamente o núcleo do sujeito sintático da expressão grifada em: "O que se chama erroneamente de saúde coletiva, envolvendo o acesso generalizado ao consumo dos chamados bens e serviços de saúde, deve ser chamado pelo seu verdadeiro nome: assistência médica" (linhas 14-16).
- A) O pronome "O" (linha 14).
  - B) O pronome "que" (linha 14).
  - C) "acesso generalizado" (linha 14).
  - D) "seu verdadeiro nome" (linha 15).
  - E) "consumo" (linha 15).
06. No trecho "Se a saúde vira responsabilidade individual do consumidor de 'saúde' e a chamada 'saúde como dever do Estado' acaba se confundindo com a democratização do acesso individual aos bens e serviços médicos..." (linhas 17-19), é correto afirmar sobre os termos sublinhados:
- A) o segundo *se* funciona como conectivo oracional.
  - B) tanto o primeiro como o segundo *se* são palavras expletivas.
  - C) o primeiro *se* é expletivo e o segundo funciona como pronome.
  - D) o segundo *se* é parte integrante do verbo pronominal *confundir*.
  - E) o primeiro *se* indica causa e o segundo, indeterminação do sujeito.
07. Sobre as formas sublinhadas na frase "a voz anônima que<sup>1</sup> adverte, nos maços de cigarro, que<sup>2</sup> fumar é prejudicial à saúde" (linha 30), é correto afirmar que:
- A) a segunda forma introduz oração subjetiva.
  - B) a primeira forma introduz oração explicativa.
  - C) ambas se classificam como conjunção integrante.
  - D) a primeira forma tem função de sujeito da oração.
  - E) a segunda forma tem como referente o termo "cigarro".
08. Assinale a alternativa que reescreve corretamente o trecho "...mesmo se todos nós pudermos consumir 'objetos saudáveis', a doença continuará a existir..." (linhas 38-39).
- A) Mesmo que todos nós consumimos 'objetos saudáveis', a doença continuará a existir.
  - B) Mesmo que todos nós consumamos 'objetos saudáveis', a doença continuará a existir.
  - C) Mesmo que todos nós consumiremos 'objetos saudáveis', a doença continuará a existir.
  - D) Mesmo que todos nós consumiríamos 'objetos saudáveis', a doença continuará a existir.
  - E) Mesmo que todos nós poderemos consumir 'objetos saudáveis', a doença continuará a existir.

09. Assinale a alternativa em que o uso do acento gráfico indicativo de crase é facultativo.
- A) A democratização da saúde ocorre quando todos têm acesso individual à sua saúde.
  - B) O direito à saúde coletiva deve ser preservado por entidades como o Ministério da Saúde.
  - C) O Estado tenta proporcionar à população o simples acesso a bens/serviços médicos.
  - D) O Ministério da Saúde adverte nos maços de cigarro que fumar é prejudicial à saúde.
  - E) À medida que todos temos acesso a objetos saudáveis, a saúde se democratiza.
10. Considerando-se que o texto 1 foi escrito em 1992, assinale a alternativa que adapta corretamente a grafia da palavra ao Decreto Nº. 6.583, de 29 de setembro de 2008 (Novo Acordo Ortográfico).
- A) ceu.
  - B) ideia.
  - C) ninguém.
  - D) bem estar.
  - E) médico sanitária.

## TEXTO 2

01 Um novo aplicativo transforma o celular em uma espécie de consultório oftalmológico de bolso.  
02 Segundo a notícia publicada ontem, um pesquisador da Escola de Higiene e Medicina Tropical de  
03 Londres está testando a novidade em 5 mil pessoas no Quênia. (...)

04 No Quênia, assim como no Brasil, faltam médicos em localidades afastadas dos grandes centros.  
05 No nosso país, não faltam só médicos, como repetimos tantas vezes nesta coluna. Falta tudo:  
06 equipamentos, estrada, segurança (...)

07 A popularização dos celulares e as novas tecnologias móveis deveriam estar no radar de quem  
08 traça as políticas de saúde no país. Esses dispositivos podem reduzir custos e alcançar quem nunca terá  
09 a chance de estar diante de um médico de carne e osso, sempre que precisar. Com recursos móveis e  
10 aplicativos confiáveis, até mesmo enfermeiros ou profissionais de saúde de nível técnico poderiam ir  
11 até o paciente, fazer os exames e enviá-los aos médicos localizados a quilômetros de distância.

12 Como quase sempre política vira politicagem e as autoridades de saúde com perfil técnico são  
13 expurgadas do comando sempre que uma disputa eleitoral se avizinha, essa é mais uma discussão  
14 produtiva que deixa de ser feita.

15 Se dos governos podemos esperar poucas soluções coletivas e inteligentes para a saúde, o  
16 fenômeno das novas tecnologias móveis tem algo de libertador: os aplicativos, gadgets, sites e outros  
17 recursos dão poder ao indivíduo. (...)

18 Com um celular na mão e uns aplicativos espertos, as pessoas monitoram quantos passos deram  
19 a cada dia, controlam os nutrientes de cada refeição, checam a quantidade de açúcar no sangue, a  
20 pressão arterial e até se submetem a um eletrocardiograma sem sair de casa. (...)

21 Não acredito que essas ferramentas substituam o médico. Ele continuará sendo fundamental para  
22 orientar o paciente na escolha dos aplicativos de qualidade (sim, há muita porcaria por aí) e na  
23 interpretação dos resultados. O médico continuará sendo o responsável por fazer diagnóstico e orientar o  
24 tratamento. E também por confortar, entender, ter empatia – tudo o que a máquina não é capaz de fazer.

SEGATTO, C. Uma consulta com o dr. Smartphone. In: *Época*. 16/08/2013. Disponível em: < <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/cristiane-segatto/noticia/2013/08/uma-consulta-com-o-dr-smartphone.html> >. Acesso em: 17 set. 2013.

11. Conforme a autora do texto, é correto afirmar que:
- A) tecnologias móveis são a única solução para a saúde em regiões mais afastadas.
  - B) o problema da saúde no Brasil não é decorrente apenas da falta de médicos.
  - C) enfermeiros e técnicos com aplicativos espertos podem substituir médicos.
  - D) a facilidade de informação ajuda pacientes a se automedicarem com segurança.
  - E) no Quênia, exames realizados com aplicativos de celular foram um sucesso.
12. Assinale a alternativa em que é mantido o sentido do trecho “No nosso país, não faltam só médicos” (linha 05).
- A) Só não faltam médicos no nosso país.
  - B) Não faltam só médicos no nosso país.
  - C) Só no nosso país não faltam médicos.
  - D) Não faltam médicos só no nosso país.
  - E) No nosso país, só não faltam médicos.

13. No trecho "essa é mais uma discussão produtiva..." (linhas 13-14), com o termo "essa", a autora se refere a:
- A) possibilidade do emprego da tecnologia móvel como alternativa ao problema da falta de médicos.
  - B) aumento da popularização dos celulares e das novas tecnologias em regiões como o Quênia.
  - C) proximidade de disputa eleitoral entre autoridades de saúde com perfil técnico.
  - D) ausência de autoridade com perfil técnico no comando das políticas de saúde.
  - E) costumeira transformação de política em politicagem nas disputas eleitorais.
14. Assinale a alternativa que ordena os termos do geral para o particular.
- A) celulares (linha 07) / tecnologias móveis (linha 07).
  - B) médico (linha 09) / profissionais de saúde (linha 10).
  - C) exames (linha 11) / eletrocardiograma (linha 20).
  - D) resultados (linha 23) / diagnóstico (linha 23).
  - E) sites (linha 16) / aplicativos (linha 16).
15. No trecho "E também por confortar, entender, ter empatia..." (linha 24), a expressão *ter empatia* significa:
- A) consolar o outro.
  - B) respeitar o outro.
  - C) tranquilizar o outro.
  - D) entristecer-se com o outro.
  - E) identificar-se com o outro.
16. O texto 2 tem como objetivo principal:
- A) informar sobre o problema da falta de médicos no Quênia.
  - B) denunciar o desinteresse dos políticos no que se refere à saúde.
  - C) mostrar como as novas tecnologias móveis podem ser úteis à saúde.
  - D) exaltar a superioridade dos médicos em relação às novas tecnologias.
  - E) criticar a falta de incentivo do governo em relação às novas tecnologias.
17. Assinale a alternativa em que, assim como em *politicagem* (linha 12), o sufixo expressa valor pejorativo.
- A) É incrível como um *aparelhinho* pode facilitar o acesso a tantas informações.
  - B) Com acesso a tantas informações, pacientes estão se cuidando um *tantinho* melhor.
  - C) Para alguns médicos, um *aplicativozinho* não é capaz de realizar exames confiáveis.
  - D) Um *pouquinho* mais de investimento em tecnologias pode ser muito útil para a saúde.
  - E) Aplicativos ajudam pacientes a monitorar a pressão arterial após uma *corridinha* na praia.
18. Assinale a alternativa em que o item *até* é empregado com o mesmo valor que em "checam a quantidade de açúcar no sangue, a pressão arterial e até se submetem a um eletrocardiograma sem sair de casa" (linhas 19-20).
- A) Alguns pacientes não têm como se deslocar até um centro de saúde.
  - B) Até bem pouco tempo, os celulares eram usados apenas para fazer ligações.
  - C) Muito ainda terá de ser feito, até as máquinas substituírem uma consulta.
  - D) Faltam equipamentos, médicos e até condições de ir ao centro de saúde.
  - E) Os recursos dos celulares podem auxiliar o paciente até o médico chegar.
19. No trecho "No Quênia, assim como no Brasil, faltam médicos em localidades afastadas dos grandes centros" (linha 04), a expressão sublinhada tem como função sintática:
- A) sujeito.
  - B) objeto direto.
  - C) adjunto adnominal.
  - D) predicativo do sujeito.
  - E) predicativo do objeto.
20. Comparando-se os textos 1 e 2, é correto afirmar que **ambos**:
- A) criticam o consumismo exagerado na área da saúde.
  - B) abordam o problema do acesso à saúde em zonas rurais.
  - C) defendem o emprego da tecnologia nos problemas de saúde.
  - D) falam da responsabilidade do estado perante a saúde coletiva.
  - E) minimizam os efeitos de remédios e dietas na promoção da saúde.

21. Após realização de auditoria de convênio pela Controladoria Geral da União (CGU) em uma determinada Universidade Federal, os auditores apontaram a ocorrência das seguintes irregularidades em processo licitatório analisado: pagamento em espécie, emissão de cheque para credor distinto de nota fiscal, fracionamento de despesa pública, indício de conluio entre licitantes que participaram do processo licitatório, inexistência de licitante junto ao endereço declarado em proposta de preços apresentada quando da participação do procedimento licitatório e alinhamento de preço das propostas apresentadas pelas empresas concorrentes. De acordo com as normas que regem o Sistema de Controle Interno do Governo Federal, é correto afirmar em relação aos envolvidos:
- A) Antes de qualquer medida de apuração por parte da Universidade, deverá a CGU comunicar ao TCU a situação encontrada, para fins de instauração da tomada de contas especial competente.
  - B) Dado que a instituição é pertencente à Administração Indireta, a CGU não possui competência legal para fiscalizar a realização dos atos decorrentes da execução de convênios, como os mencionados na presente situação.
  - C) No caso, a realização de tais ações de controle é de competência exclusiva da Auditoria Interna da Instituição, como unidade de Controle Interno, e do Tribunal de Contas da União, como representante do Controle Externo.
  - D) Face a situação apresentada, os auditores determinarão a adoção das medidas cabíveis visando ao exato cumprimento da lei, não tendo competência, porém, para a aplicação de nenhuma medida sancionadora sobre os responsáveis.
  - E) Os auditores deverão determinar ao ordenador de despesa, após o regular processo do contraditório e da ampla defesa, o ressarcimento dos valores considerados indevidos e, em relação às cifras não quantificáveis a aplicação de multa às autoridades envolvidas.
22. Sobre os processos de Tomada, Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial no âmbito federal, identifique a opção correta.
- A) A tomada de contas especial, como medida de exceção que é, só deve ser adotada caso o gestor não consiga ressarcir, através dos meios que disponha, o dano causado ao erário, quando este exista, por exemplo.
  - B) Cabe ao Tribunal de Contas da União aplicar sanções no exame dos processos de tomada, prestação de contas e tomada de contas especial, do tipo multa, pela ocorrência de débito ou apurar outro dano causado ao erário, podendo a Controladoria Geral da União exercer igual competência em razão das análises que realizar.
  - C) O TCU tem competência normativa para identificar que elementos evidenciam a boa e regular aplicação dos recursos públicos no que concerne aos processos de tomada, prestação de contas e tomada de contas especial.
  - D) As contas de um reitor de uma Universidade Federal não são submetidas diretamente ao julgamento ao Tribunal de Contas da União, mas consolidadas às contas do Ministério da Educação para fins de envio ao TCU e posterior julgamento.
  - E) O diferimento, quanto ao exame dos processos de tomada, prestação de contas e tomada de contas especial, se refere ao sobrestamento da análise do processo na unidade técnica por prazo determinado, findo o qual, inexistindo elementos supervenientes que infirmem o parecer do controle interno, será encaminhado ao relator, após ouvido o Ministério Público, para julgamento por Relação, observado o prazo regimental.

23. Determinada Universidade Federal resolveu abrir certame licitatório com vistas a adquirir materiais de expediente para diversas unidades departamentais. Durante a fase de habilitação da documentação, nos moldes da Lei 8666/93, a instituição foi surpreendida com audiência solicitada pela Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (SECEX), no sentido de que fossem explicados vários pontos do edital, objeto da licitação em curso. Segundo a SECEX, estaria em curso no TCU denúncia com pedido de medida cautelar, visando a paralização do certame. Face o exposto, é correto afirmar:
- A) A concessão de medida cautelar requer a oitiva da parte e parecer do Ministério Público junto ao Tribunal.
  - B) O TCU pode, de acordo com o seu Regimento Interno, conceder a referida medida *inaudita pars*.
  - C) A auditoria Interna da Instituição deve acompanhar todos os procedimentos de concessão de cautelar, sob pena de sua invalidação.
  - D) De acordo com Regimento Interno do TCU, o Tribunal não possui competência para editar medidas cautelares, procedimento este próprio do Poder Judiciário.
  - E) Somente pessoas jurídicas podem, em tese, se valer do instrumento de medida cautelar para solicitar a intervenção do TCU junto a procedimento licitatório ou administrativo considerado lesivo ao erário ou ao interesse público.
24. Após a conclusão de auditoria realizada em uma Universidade Federal, os autos foram convertidos em tomada de contas especial por decisão do Ministro-relator do Tribunal de Contas da União (TCU). Indicadas as irregularidades aos responsáveis envolvidos, o reitor, um pró-reitor de administração (ordenador de despesa), o chefe da auditoria interna, o chefe de almoxarifado e uma empresa prestadora de serviços, os mesmos não lograram elidir os fatos a eles imputados, situação que culminou na aplicação de multa, individual, no valor de R\$ 10.000,00. Com base na situação hipotética, é correto afirmar:
- A) As multas aplicadas deverão ser cobradas do ordenador de despesa e da empresa.
  - B) A multa individual aplicada pelo TCU será custeada pelos cofres públicos em relação aos gestores públicos, mas quanto à empresa, será paga diretamente por esta.
  - C) A multa aplicada pelo TCU possui caráter solidário, devendo ser paga primeiramente pelo ordenador de despesa, e caso este não a pague, deverá ser cobrada dos demais servidores públicos. Com relação à empresa, sempre será dela cobrada.
  - D) A multa aplicada pelo TCU possui caráter personalíssimo, devendo, em razão disto, ser recolhida pelos próprios interessados, sob pena de o seu não pagamento ser convertido em dívida ativa da União para fins de cobrança.
  - E) Na descrição do fato há imprecisão quando à jurisdição do TCU, visto que o relato atribui competência ao Tribunal para aplicar multa a ente privado, ao contrário do que dispõe o seu Regimento Interno que restringe o âmbito de atuação do Tribunal aos órgãos que compõem à Administração Pública Federal Direta e Indireta.
25. Sobre o Parágrafo de Ênfase incluído no Relatório de Auditoria, é correto afirmar:
- A) A opinião do auditor pode se modificar no que diz respeito ao assunto enfatizado no referido parágrafo.
  - B) É utilizado quando o auditor deseja chamar também atenção para assuntos não divulgados nas demonstrações contábeis e relevantes para o usuário.
  - C) Na estrutura do relatório de auditoria, o Parágrafo de Ênfase se posiciona entre a Seção “Responsabilidade do auditor e a Extensão de auditoria” e a Seção “Opinião do auditor”.
  - D) É exemplo de circunstância em que o auditor considera necessária incluir Parágrafo de ênfase a ocorrência de grande catástrofe que tenha tido, ou continue a ter, efeito significativo sobre a posição patrimonial e financeira da entidade.
  - E) As Notas Explicativas não se equiparam às demonstrações contábeis para fins de Parágrafo de ênfase incluindo em relatório de auditoria referente a assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações, consoante entendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade.
26. A respeito da Lei de Orçamento, nos moldes da Lei 4320/64, é correto afirmar:
- A) Será acompanhada de Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
  - B) Será integrada por Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
  - C) Obedecerá aos Princípios da Unidade, da Universalidade, da Anualidade e da Exclusividade.
  - D) Excluem-se das receitas que integram a Lei Orçamentária, as operações de crédito autorizadas em lei.
  - E) Consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente as despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

27. Sobre a Lei Orçamentária elaborada, com base nas Normas Gerais de Direito Financeiro constantes na Lei 4320/64, é correto afirmar:
- A) A Lei 4320/64 não veda deduções junto às receitas e despesas constantes da Lei Orçamentária.
  - B) Devem ser excluídas da previsão das receitas, entradas do tipo compensatórias, como por exemplo, retenções e consignações.
  - C) Na Lei de Orçamento poderá conter autorização aos Poderes para abrir créditos suplementares até determinada importância.
  - D) A autorização para realizar operações de crédito por antecipação da receita ocorrerá a partir do décimo dia do início do exercício.
  - E) As cotas de receita que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como receita, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como despesa, no orçamento da que as deva receber.
28. O Superávit do Orçamento Corrente é apurado no seguinte demonstrativo, segundo a Lei 4320/64:
- A) Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1).
  - B) Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10).
  - C) Balanço Orçamentário (Anexo 12).
  - D) Balanço Financeiro (Anexo 13).
  - E) Balanço Patrimonial (Anexo 14).
29. Sobre as subvenções, de acordo com as Normas Gerais de Direito Financeiro instituídas pela Lei 4320/64, é correto afirmar:
- A) Destinam-se a despesas de custeio e de capital.
  - B) Classificam-se em econômicas, sociais e industriais.
  - C) Quando classificadas em subvenções econômicas, são exclusivas às empresas privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
  - D) Quando classificadas em sociais, destinam-se a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural com ou sem finalidade lucrativa.
  - E) Quando classificadas em subvenções econômicas, se prestam à cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não.
30. De acordo com a Lei 4320/64, constitui-se em demonstrativo contábil:
- A) Balanço Patrimonial.
  - B) Demonstração do Fluxo de Caixa.
  - C) Demonstração do Resultado Econômico.
  - D) Demonstração do Resultado do Exercício.
  - E) Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.
31. De acordo com as normas que regem a elaboração dos balanços públicos contidas na Lei 4320/64, é correto afirmar:
- A) As reavaliações dos bens móveis e imóveis são de caráter obrigatório.
  - B) Os bens de almoxarifado são avaliados pelo preço médio fixo das compras.
  - C) O balanço patrimonial compõe-se dos seguintes grupos: ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.
  - D) Um dos elementos que compõe o Balanço Financeiro reside nas Transferências Concedidas, item necessário para apurar o saldo da estrutura do demonstrativo.
  - E) No balanço orçamentário, ao invés de se apresentar a despesa orçamentária por grupo de natureza, a despesa é discriminada por tipos de créditos, demonstrando sua fixação, execução e diferença.
32. Sobre as Notas Explicativas às demonstrações contábeis do setor público, elaboradas com base na Lei 4320/64, é correto afirmar:
- A) Não encontram previsão legal expressa.
  - B) Fazem parte da estrutura do Balanço Orçamentário.
  - C) Necessitam ser referendadas pelo Sistema de Controle Interno.
  - D) Constituem-se em item próprio da Demonstração das Variações Patrimoniais.
  - E) Podem ser editadas como anexo de qualquer demonstração a juízo do auditor, conforme previsão legal.



33. Acerca da contabilidade elaborada nos moldes estabelecidos na Lei 4320/64, é correto afirmar:
- A) São exemplos de dívida consolidada, os serviços da dívida a pagar.
  - B) Os registros, quanto aos bens de caráter permanente dos órgãos públicos, serão sintéticos.
  - C) O fato gerador da ocorrência da receita determina o momento do seu registro, razão pela qual se adota o regime de competência para esta.
  - D) A importância da despesa anulada após o encerramento do exercício será considerada como receita do exercício em que se efetivar a operação de anulação.
  - E) As despesas devem ser registradas dentro do exercício financeiro a partir do qual foram geradas, motivo pelo qual se adota o regime de competência e o empenho é o momento preferencial desse registro.
34. O produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação. A definição se refere a seguinte alternativa:
- A) Órgão Público.
  - B) Fundo Especial.
  - C) Entidade Pública.
  - D) Orçamento Público.
  - E) Programa de Trabalho.
35. A respeito das normas sobre a execução orçamentária e financeira estabelecidas na Lei 4320/64, é correto afirmar:
- A) As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com julgamento do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
  - B) Não é própria da referida lei a orientação para o exercício do controle da legalidade dos atos de execução orçamentária sob os aspectos prévio, concomitante e subsequente.
  - C) Quando, no Município, não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.
  - D) Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas mensais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para este fim.
  - E) O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a impensoalidade, a moralidade, a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.
36. Acerca das fases da receita e da despesa pública é correto afirmar, com base no que dispõe as Normas Gerais de Direito Financeiro estabelecidas na Lei 4320/64:
- A) Salvo exceções, a antecipação de pagamento não é permitida na Administração Pública.
  - B) Pela liquidação se reconhece a mutação do patrimônio público e neste momento ocorre o registro da despesa.
  - C) A receita deve ser registrada no momento da ocorrência do seu fato gerador, independentemente do seu pagamento.
  - D) A nota de empenho é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
  - E) O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio da unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.
37. A respeito dos Créditos Adicionais, nos moldes definidos na Lei 4320/64, assinale a opção correta:
- A) São modalidades de créditos adicionais, além dos orçamentários, os suplementares, os especiais e os extraordinários.
  - B) Os créditos especiais serão autorizados por lei, medida provisória ou ato administrativo normativo e abertos por decreto do poder executivo.
  - C) Considera-se recurso para abertura dos créditos especiais, o *superávit* orçamentário apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.
  - D) Podem ser utilizados como fonte para a abertura dos créditos especiais, não somente recursos de origem financeira, mas também orçamentária.
  - E) Nos termos da Lei 4320/64, os créditos extraordinários serão abertos por decreto ou medida provisória do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

38. Acerca do crédito adicional extraordinário estabelecido com base na Lei 4320/64, é correto afirmar:
- A) Depende para a sua abertura de autorização legislativa.
  - B) Decorre de planejamento por parte da Administração Pública para a sua realização.
  - C) As situações de créditos extraordinários identificadas na Lei 4320/64 são meramente exemplificativas.
  - D) Depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
  - E) Terá vigência no exercício financeiro em que for autorizado, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reaberto no limite de seu saldo, será incorporado ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
39. Resulta(m) do atraso do pagamento de rubricas, tais como: pessoal a pagar, fornecedores, obrigações fiscais no curto prazo etc. A presente definição se refere a:
- A) Restos a pagar.
  - B) Dívida Fundada.
  - C) Dívida Ativa Tributária.
  - D) Dívida Ativa não Tributária.
  - E) Operações por Antecipação da Receita.
40. Estatui o art. 69 da Lei 4320/64 que “não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos”. A expressão “em alcance” significa que:
- A) A prestação de contas do servidor foi reprovada, mas em sede de reanálise, foi aprovada.
  - B) O servidor está pendente da prestação de contas, dentro do prazo legalmente estabelecido.
  - C) O servidor que recebeu o suprimento de fundos não pode estar omissivo quanto ao dever de prestar contas.
  - D) O servidor teve despesas referentes ao adiantamento questionadas pelo setor responsável pela análise do suprimento.
  - E) As Contas do órgão que estão sob a responsabilidade do servidor encontram-se sob análise do Sistema de Controle Interno do Poder respectivo.
41. No que se refere à Lei de Licitações (Lei 8666/93), é correto afirmar:
- A) Não é permitida à Administração adquirir, mediante licitação, bens e serviços de marcas.
  - B) O impacto ambiental não é requisito de análise nos projetos executivos de obras e serviços.
  - C) Mesmo não havendo expresse impedimento na Lei de Licitações para que parentes dos administradores sejam contratados, podem os entes municipais editar norma com o fim de proibir tal participação, sem no entanto restringir a competição entre os licitantes.
  - D) As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários. Além deste, exige-se também projeto executivo aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório.
  - E) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção do menor preço para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
42. Com relação à revogação de uma licitação pública, é correto afirmar:
- A) Opera efeitos *ex tunc*.
  - B) Contém vício insanável.
  - C) Poderá ocorrer por ilegalidade.
  - D) Poderá ocorrer por razões de interesse público.
  - E) Poderá ocorrer referente a uma parcela do procedimento licitatório, como o julgamento, por exemplo.

43. Quanto à evidência em auditoria (Resolução CFC 1.217/09 – NBC TA 500), é correto afirmar:
- A) O recálculo envolve a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade.
  - B) A observação é ideal quando o auditor deseja evidência de auditoria sobre a execução do processo ou sobre a existência do ativo, como por exemplo, a realização de obra pública.
  - C) Recomenda-se que as evidências de auditoria não sejam obtidas pela execução de procedimentos de avaliação de riscos, mas por testes de controles ou procedimentos substantivos, a critério do auditor.
  - D) Geralmente obtém-se mais segurança com evidência de auditoria consistente obtida a partir de fontes diferentes ou de natureza diferente do que a partir de itens de evidência de auditoria considerados individualmente. Isto significa afirmar que há uma hierarquia das evidências produzidas pelo auditor em função da natureza das evidências de auditoria coletadas.
  - E) O auditor pode julgar necessário, como resultado das políticas de retenção de informação da entidade, solicitar a retenção de algumas informações para sua revisão ou executar procedimentos de auditoria em um tempo em que a informação esteja disponível, como é o caso para certas informações eletrônicas.
44. É um tipo de procedimento de auditoria empregado pelo auditor quando se quer a obtenção de evidência a respeito da ausência de certas condições, nos moldes da Resolução CFC 1.217/09 (NBC TA 500):
- A) Procedimento analítico.
  - B) Confirmação externa.
  - C) Observação.
  - D) Reexecução.
  - E) Inspeção.
45. Ainda acerca da evidência da auditoria (Resolução CFC 1.217/09 – NBC TA 500), é correto afirmar:
- A) As evidências de auditorias se limitam às informações obtidas durante as fases do trabalho.
  - B) Generalizações sobre a confiabilidade de vários tipos de evidência de auditoria não comportam exceções.
  - C) A indagação, por exemplo, pode ser utilizada como procedimento de auditoria de avaliação de riscos.
  - D) A importância de se utilizar determinado conjunto de procedimentos de auditoria de forma reiterada por parte do auditor é que estes procedimentos são capazes de fornecer evidência relevante para todo tipo de afirmação.
  - E) Quando o auditor identifica condições que o levem a acreditar que um documento pode não ser autêntico ou que os termos nele previstos foram modificados sem serem divulgados ao auditor, recomenda-se que seja indagado à Administração sobre a autenticidade do mesmo.
46. Acerca da documentação da auditoria, é correto afirmar:
- A) Substitui os registros contábeis da entidade.
  - B) São exemplo as correspondências coletadas no órgão auditado.
  - C) O sócio encarregado do trabalho não precisa, mas pode revisar toda a documentação de auditoria.
  - D) Recomenda-se que o auditor documente todos os assuntos considerados ou todos os julgamentos profissionais exercidos na auditoria.
  - E) Presta-se a documentar os assuntos coletados durante a auditoria, as conclusões obtidas a respeito deles e os julgamentos profissionais exercidos para chegar a essas conclusões.
47. O auditor deve aplicar procedimentos de avaliação de riscos para fornecer uma base para a identificação e avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis e nas afirmações. Nestas condições, são procedimentos que podem ser aplicados:
- A) Observação e recálculo.
  - B) Inspeção e observação.
  - C) Procedimentos analíticos e recálculo.
  - D) Reexecução e procedimentos analíticos.
  - E) Reexecução e indagações à administração.

48. Quanto à identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante, é correto afirmar:
- A) No nível das demonstrações contábeis, classificam-se em risco inerente e de controle.
  - B) Ocorre o chamado risco inerente quando há tendência de uma afirmação à distorção antes de quaisquer controles relacionados.
  - C) Os procedimentos de avaliação de riscos são capazes de fornecer evidências de auditoria apropriada e suficiente para suportar a opinião de auditoria.
  - D) A avaliação pelo auditor dos riscos de distorção relevante no nível das demonstrações contábeis pode mudar durante o curso da auditoria, à medida que evidências adicionais de auditoria são obtidas.
  - E) Caso seja identificado risco significativo, o auditor não precisa associar possíveis controles da entidade ao risco identificado, tendo em vista que a simples identificação dele denota a ausência ou a falha do controle.
49. Acerca do planejamento da auditoria, é correto afirmar:
- A) A finalidade e o objetivo do planejamento da auditoria não mudam caso a auditoria seja inicial ou em trabalho recorrente.
  - B) O plano de auditoria deve incluir, além dos procedimentos de auditoria planejados e necessários para que o trabalho esteja em conformidade com as normas de auditoria, a estratégia global de auditoria.
  - C) O plano de auditoria deve ser documentado, podendo, sob certas circunstâncias, ser dispensada esta formalidade de documentação, a critério da equipe de auditoria, se outra forma de registro for considerada mais válida.
  - D) A natureza e a extensão das atividades de planejamento variam conforme o porte, a complexidade da entidade e a experiência anterior dos membros-chave da equipe de trabalho com a entidade, mas não com relação às mudanças nas circunstâncias que ocorrem durante o trabalho de auditoria.
  - E) Tendo em vista que o auditor pode discutir aspectos da auditoria com a Administração da entidade, tais como a determinação da materialidade ou o envolvimento de especialistas, a responsabilidade pela estratégia global dos trabalhos neste caso passa a ser compartilhada entre o auditor e a Administração.
50. Nos termos do processo administrativo no âmbito federal (Lei 9784/99), é correto afirmar:
- A) O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
  - B) Entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta e da estrutura da Administração Indireta.
  - C) São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezesseis anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
  - D) A amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o segundo grau é considerado caso de suspeição.
  - E) Os atos administrativos deverão ser motivados quando importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
51. Na definição da amostra, há fatores que influenciam o tamanho da amostra para os testes de controles, como os enumerados a seguir:
- I. Aumento na extensão na qual a avaliação de risco do auditor leva em consideração os controles relevantes;
  - II. Aumento na taxa tolerável de desvio;
  - III. Aumento na taxa esperada de desvio da população a ser testada;
  - IV. Aumento no nível de segurança desejado do auditor de que a taxa tolerável de desvio não seja excedida pela taxa real de desvio na população;
  - V. Aumento na quantidade de unidades de amostragem na população.
- Considerando os fatores e a ordem acima elencados, selecione a alternativa que aponta corretamente os efeitos produzidos sobre o tamanho da amostra:
- A) Aumenta, reduz, aumenta, aumenta, efeito negligenciável.
  - B) Reduz, aumenta, aumenta, reduz, efeito negligenciável.
  - C) Efeito negligenciável, reduz, aumenta, aumenta, reduz.
  - D) Efeito negligenciável, reduz, reduz, aumenta, reduz.
  - E) Aumenta, reduz, aumenta, reduz, aumenta.

52. Com o advento da Lei 9784/99 (Lei do Processo Administrativo Federal) muito se indagou se os atos do Tribunal de Contas da União (TCU), no exercício da competência do Controle Externo, estariam afeto ao alcance do art. 54 da referida lei (“O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé”). Acerca da apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadorias, reformas e pensões apreciado pelo TCU e da aplicação do referido dispositivo, é correto afirmar:
- A) O TCU, no exercício da competência de Controle Externo da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadorias, reforma e pensões, não se submete ao prazo decadencial da Lei 9784/99, iniciando-se o prazo quinquenal somente após a publicação do registro na imprensa oficial.
  - B) O TCU se submete ao prazo decadencial da Lei 9784/99, não podendo apreciar os atos de aposentadoria, pensão e reforma quando ultrapassar sua análise ao prazo estabelecido no referido artigo que é de cinco anos.
  - C) Sob a égide da referida lei, o STF entendeu que o termo inicial do prazo para apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão conta-se da data em que processo foi enviado pelo órgão de origem para fins de análise.
  - D) A Lei 9784/99 somente se aplica aos atos administrados praticados no âmbito dos Poderes, podendo incluir o próprio TCU. Não obstante, exclui-se do escopo de alcance da referida norma legal os atos próprios do Controle Externo, conforme disposição expressa contida na lei em comento.
  - E) O TCU, por possuir lei orgânica própria, não se submete ao prazo decadencial da lei do processo administrativo federal quando analisa atos de aposentadoria, reforma e pensões. Entretanto, caso a apreciação seja iniciada após mais de cinco anos, reformando-o, não há necessidade de se assegurar aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa, dado que a relação de controle é instalada entre o Tribunal e o órgão da Administração Federal fiscalizado.
53. Para fins das normas de auditoria, os termos a seguir têm os significados a eles atribuídos. É correto afirmar:
- A) Risco de amostragem é o risco de que o auditor chegue a uma conclusão errônea por qualquer outra razão que não seja relacionada ao risco de amostragem.
  - B) Risco não resultante da amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
  - C) Taxa tolerável de desvio é um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário não seja excedido pela distorção real na população.
  - D) Anomalia é a distorção ou o desvio que é comprovadamente não representativo de distorção ou desvio em uma população.
  - E) Distorção tolerável é a taxa de desvio dos procedimentos de controles internos previstos, definida pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que essa taxa de desvio não seja excedida pela taxa real de desvio na população.
54. Na produção de um relatório de auditoria padrão, sem ressalvas, por parte de um auditor independente, a ordem correta das partes que compõe a estrutura do relatório é a seguinte, de acordo com a Resolução CFC 1.231/09 (NBC TA 700):
- A) Título, parágrafo introdutório, seção sobre a responsabilidade da administração, seção sobre a responsabilidade do auditor e a extensão da auditoria, seção sobre a opinião do auditor, local, data e assinatura.
  - B) Título, parágrafo introdutório, destinatário, seção sobre a responsabilidade do auditor e a extensão da auditoria, seção sobre a responsabilidade da administração, seção sobre a opinião do auditor, local, data e assinatura.
  - C) Título, destinatário, parágrafo introdutório, seção sobre a responsabilidade do auditor e a extensão da auditoria, seção sobre a responsabilidade da administração, seção sobre a opinião do auditor, local, data e assinatura.
  - D) Título, destinatário, parágrafo introdutório, seção sobre a responsabilidade da administração, seção sobre a responsabilidade do auditor e a extensão da auditoria, seção sobre a opinião do auditor, local, data e assinatura.
  - E) Título, destinatário, parágrafo introdutório, parágrafo de ênfase e outros parágrafos adicionais, seção sobre a responsabilidade da administração, seção sobre a responsabilidade do auditor e a extensão da auditoria, seção sobre a opinião do auditor, local, data e assinatura.

55. “Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Fulano de Tal, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 20X1 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas”. O trecho se refere ao seguinte elemento do relatório de auditoria:

- A) Título.
- B) Destinatário.
- C) Parágrafo introdutório.
- D) Seção sobre a extensão da auditoria.
- E) Parágrafo de ênfase e outros parágrafos adicionais.

56. A base da opinião a seguir transcrita se refere ao Relatório de Auditoria divulgado por empresa brasileira, conforme relato transcrito abaixo:

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(...)

BASE DE OPINIÃO XXX

a) A sociedade não efetuou a revisão da vida útil do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, depreciando o imobilizado naquele exercício às taxas sugeridas pela legislação fiscal. Durante 2011, a Sociedade efetuou a referida revisão da vida útil contabilizando seus efeitos prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2011, ou seja, sem retroagir a 1º de janeiro de 2010, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Adicionalmente, as controladas integrais Fiat Powertrain Technologies do Brasil Ltda. (“FPT Brasil”) e Tecnologia em Componentes Automotivos S/A (“TCA”) não efetuaram a revisão da vida útil do ativo imobilizado, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e decidiram continuar depreciando o ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pelas autoridades fiscais.

Não nos foi possível estimar os impactos destes assuntos sobre os saldos do ativo imobilizado, investimentos em controladas e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, bem como sobre os resultados dos exercícios findos naquelas datas.

b) A Sociedade não está divulgando demonstrações financeiras consolidadas em conjunto ou separadamente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações Consolidadas. Se a Sociedade tivesse apresentado demonstrações financeiras consolidadas, muitos elementos nas demonstrações financeiras teriam sido afetados de forma relevante. Os efeitos da não consolidação sobre as demonstrações financeiras não foram determinados.

c) A Sociedade tem incorrido em gastos no desenvolvimento de novos produtos e na reestilização de produtos atuais, bem como no desenvolvimento de sistemas aplicativos de informática, os quais vêm sendo registrados no resultado do exercício. Referidos gastos têm a característica e o objetivo de beneficiar exercícios futuros e, portanto, deveriam ter sido capitalizados como ativos intangíveis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Como consequência, em 31 de dezembro de 2011 o saldo do ativo intangível está subavaliado em R\$ 983.651 mil (R\$ 879.693.693 mil em 31 de dezembro de 2010), e o patrimônio líquido e o resultado do exercício findos naquela data estão subavaliados em R\$ 649.210 mil e R\$ 68.612 mil, respectivamente (R\$ 580.597 mil e R\$ 74.034 mil, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010), líquidos de efeitos tributários.

d) Conforme mencionado na nota explicativa n. 8 às demonstrações financeiras, em 29 de outubro de 2009, a Sociedade adquiriu a totalidade das quotas do capital social Muller Mineira Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (atualmente denominada CMP – Componentes e Módulos de Plásticos Indústria e Comércio Ltda.), cujo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 24.906 mil. Considerando que a Administração da Sociedade possui a intenção de vender a CMP a terceiros, a Sociedade contabilizou este ativo como ativos destinados à venda, no ativo circulante, pelo seu valor de aquisição (R\$ 145.258 mil). Contudo, depois de transcorridos mais de doze meses da data de sua aquisição, o referido ativo ainda não foi alienado, permanecendo registrado na rubrica ativos destinado à venda, avaliado pelo custo.

Não nos foi possível obter evidências de auditoria suficientes para concluir se em 31 de dezembro de 2011: a) é ainda considerado altamente provável que este ativo será vendido no curto prazo, para justificar a sua manutenção ao custo como disponível para venda no ativo circulante; e b) o valor de mercado da CMP é maior que o custo de aquisição de R\$ 145.258 mil.

e) A Sociedade não está divulgando a remuneração e benefícios concedidos às pessoas-chaves da Administração, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/58820>. Acesso em 08/09/2013.

Com base no relato descrito, a opinião que constará no relatório de auditoria será a representativa da seguinte alternativa:

- A) Adversa.
- B) Com ressalva.
- C) Sem abstenção de opinião.
- D) Com abstenção de opinião.
- E) Sem ressalva, mas evidenciando em nota explicativa a divergência.

57. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem, entre as suas finalidades estabelecidas no Decreto 3591/2000, a seguinte:

- A) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão contábil, Representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
- B) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- C) Julgar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- D) orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- E) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

58. Nos moldes preconizados na Instrução Normativa IN SFC 01/2001, é técnica de controle realizada em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho de sua missão institucional:

- A) Inspeção.
- B) Fiscalização.
- C) Monitoramento.
- D) Auditoria operacional.
- E) Auditoria de Acompanhamento da gestão.

59. Quando o auditor se encontra impossibilitado de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente e o julgamento deste profissional sobre a disseminação da forma generalizada dos efeitos ou possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis for relevante, mas não generalizado, a opinião a consignar deverá ser:

- A) Adversa.
- B) Sem ressalva.
- C) Com ressalva.
- D) Com abstenção de opinião.
- E) Sem ressalva, mas evidenciando em nota explicativa a divergência.

60. Sabe-se que o auditor deve definir e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados às circunstâncias, com o objetivo de obter evidência de auditoria. Neste sentido, adotará isolada ou em conjunto determinados procedimentos. Considerando que a Confirmação pode ser solicitada sob diversas formas ou modalidades, assinale a modalidade correta a ser empregada frente a presente assertiva: *“É mais provável que as partes que confirmam respondam indicando seu desacordo quando as informações na solicitação não estiverem a seu favor, e é menos provável que respondam na situação inversa”*.

- A) Preta.
- B) Branca.
- C) Positiva.
- D) Informal.
- E) Negativa.